

FRANKLIN MARTINS

de Brasília



Ilha de dignidade

• Quem diz que o melhor hospital de Brasília é a ponte aérea é porque não conhece o Sarah, especializado em tratamento de doenças do aparelho locomotor. Na sua área, ele é o melhor do país, além de ser uma referência em todo o mundo. Aliás, o Sarah devia ser chamado de a Sarah — a Rede Sarah. O hospital de Brasília centraliza outros três estabelecimentos de idêntico padrão, em Belo Horizonte, Salvador e São Luís.

A primeira coisa que surpreende quem entra no Sarah é a limpeza. Em vão alguém procurará uma ponta de cigarro ou um papel de bala no chão. Não há. Também não achará um médico com a barba por fazer ou uma funcionária com os cabelos desganhados e o uniforme amarrotado. Todos parecem que saíram do banho minutos antes. Como se isso fosse pouco, gostam do que fazem. Tratam os doentes com simpatia e carinho, seja ele branco ou preto, deputado ou pedreiro, general reformado ou catador de lixo, esteja ele fazendo exercícios de fisioterapia em uma perna que esteve engessada ou sofrendo de graves lesões medulares ou de paralisia cerebral.

— Damos muita importância ao lado humano. Nos casos mais graves, os pacientes geralmente estão com a auto-estima abalada. Precisam recuperá-la também. Como vão conseguir isso se não forem tratados com carinho? — pergunta a enfermeira Solange, estalando no seu uniforme engomado.

Não há pacientes jogados pelos corredores, filas de gente em pé esperando para ser atendida, pessoas implorando

tro hospital nem manter consultório particular. Infrações a essa cláusula implicam demissão por justa causa. Sem maiores delongas, por sinal, porque não existe estabilidade. Quem não trabalhar a contento, é mandado embora.

No setor público, ao contrário, há estabilidade e ganha-se mal. Mas os médicos podem ter mais de um emprego e manter consultórios particulares. Muitas vezes, atendem clientes particulares nos hospitais públicos ou desviam a parte mais rica da clientela pública para clínicas privadas. Os baixos salários, assim, são compensados pela falta de controle das obrigações profissionais e pela promiscuidade. Para Campos da Paz, a crise da saúde pública não é fruto, principalmente, da falta de recursos, mas da falência de um modelo de gestão. Mesmo sem citar o nome do ministro Adib Jatene, a crítica tem endereço certo.

Jatene, aliás, não perde uma oportunidade para criticar Campos da Paz. Reconhece a excelência dos serviços prestados pelo Sarah, mas diz que o hospital de Brasília não passa de uma ilha da fantasia. Só funcionaria bem porque seria

atenção. Pode-se dizer que isso é possível porque o Sarah não tem pronto-socorro e não é um hospital de emergência. Mas quantos hospitais especializados no país podem exibir o mesmo padrão de atendimento?

Ninguém paga nada para ser tratado no Sarah. Tampouco precisa de pistolão, carta de recomendação, convênio médico ou seguro-saúde. Basta ser um cidadão e estar precisando de recuperação no aparelho locomotor. O Sarah tem um estatuto *sui generis*: é um hospital público não-estatal. Vinculado à Associação das Pioneiras Sociais, da qual dona Sarah Kubitschek foi presidente — daí o seu nome — ele é mantido por verbas públicas, mas não pertence ao Sistema Único de Saúde (SUS). Seu diretor, Aloysio Campos da Paz Junior, não foi nomeado pelo ministro da Saúde nem pode ser demitido por ele. Deve satisfações apenas ao Conselho da Rede Sarah, composto por 23 personalidades, tampouco indicadas pelo Governo. Quando abre-se uma vaga no conselho, ele mesmo encarrega-se de preenchê-la.

Campos da Paz, que estudou em Oxford, na Inglaterra, é um crítico feroz da mercantilização da saúde. Na parede do saguão principal do Sarah, há uma frase que sintetiza essa filosofia: "Viver para a saúde, e não sobreviver da doença." Apesar disso — ou talvez por causa disso — ele não poupa o SUS, que, na sua opinião, é refém do corporativismo dos médicos e dos interesses das empresas e hospitais particulares.

No Sarah, um médico iniciante ganha R\$ 4.500 mensais e, em fim de carreira, cerca de R\$ 12.000. Sim, é isso mesmo, não houve erro de digitação: os salários são dignos. Em compensação, exige-se dedicação exclusiva. Ou seja, o médico não pode trabalhar em ou-

caro. Costuma dizer que o Sarah sozinho recebeu no ano passado mais dinheiro da União do que o Governo do Distrito Federal, que mantém 12 hospitais.

Segundo Campos da Paz, isso não é verdade. Em 1995, o Sarah de Brasília custou menos para a União do que outros hospitais especializados de porte semelhante: R\$ 39 milhões contra quase R\$ 52 milhões do Instituto Nacional do Câncer (RJ) ou R\$ 62 milhões do Instituto do Coração (SP). Quanto à comparação entre os custos do hospital que dirige e a rede pública de Brasília, ele a atribui a erros metodológicos crassos. Em 1995, os quatro hospitais da Rede Sarah, juntos, receberam R\$ 79 milhões do Orçamento da União — sua única fonte de recursos.

Apenas do SUS, o Governo do Distrito federal recebeu quase a mesma coisa: R\$ 87 milhões. Mas essa foi apenas uma pequena parcela das verbas à sua disposição. Ao todo, o GDF gastou no ano passado R\$ 772 milhões com a saúde, dos quais R\$ 437 milhões foram repassados pela União (R\$ 368 milhões pelo Ministério da Fazenda, o resto pelo SUS). Ou seja, o GDF gastou com saúde dez vezes mais que os quatro hospitais da Rede Sarah. Se esses recursos tivessem sido aplicados com o mesmo padrão de eficiência, seria possível duplicar o número de leitos disponíveis em Brasília ou multiplicar por oito o número de atendimentos médicos nos hospitais da capital federal.

José Aparecido, que é conselheiro do Sarah, diz que ele não é só um hospital. É também uma denúncia viva das mazelas da nossa saúde pública, pois mostra que se pode trabalhar muito melhor com o dinheiro do contribuinte e se atender com dignidade o cidadão. Por que não o fazemos?